

RELAÇÕES CÍVICO-MILITARES E PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MINUSTAH

Aluno: Thiago Gouvêa Scot de Arruda

Orientador: Kai Kenkel

Introdução

O presente artigo pretende avaliar o impacto da utilização das Forças Armadas Brasileiras em tarefas de segurança pública interna sobre a dominância discursiva do establishment militar e questões de Defesa. Como aponta Pion Berlin (2001), a utilização das forças armadas em tarefas internas e de escopo ampliado – não estritamente militar, tais quais desenvolvimento, saúde, etc. – não significa, necessariamente, menor controle civil sobre os militares. Antes, afirma o autor, as Forças Armadas latino-americanos têm, por tradição, uma ampla tradição de suportar o Estado em tarefas de desenvolvimento interno nas quais possuam expertise – veja-se, por exemplo, a atuação do Exército Brasileiro na Amazônia e na construção de infra-estrutura em áreas isoladas do país. Desta forma, a utilização das Forças Armadas em tarefas de escopo ampliada não significa, a priori, uma deterioração do controle civil sobre os militares no país.

Para avaliar o impacto da utilização das Forças Armadas em tarefas de escopo ampliado e o controle sobre o discurso da segurança nacional, será fundamental avaliar a atuação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A atuação brasileira no Haiti marcou um rompimento da política externa brasileira, até então caracterizada pela não participação em Missões de Paz estabelecidos sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Característica das chamadas Missões de 4ª Geração, a MINUSTAH possui mandato extremamente amplo, com tarefas que incluem realização de eleições, Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), garantia de Direitos Humanos e exercício de facto da soberania no campo.

Tendo este contexto como pano de fundo, pretendo avaliar a correção da seguinte hipótese: Se as Forças Armadas são utilizadas em Operações de Paz complexas, com tarefas amplas e uso robusto da força, então aumenta o controle civil sobre os militares, em função da socialização tanto das Forças Armadas quanto da sociedade civil no conjunto de normas estabelecidas pela ONU, permitindo assim maior controle dos civis sobre a gramática da segurança.

Marco Teórico

O presente estudo utiliza-se do marco teórico construtivista, embasando-se, sobretudo, nas proposições de Gheciu e Checkel acerca da importância da socialização dos atores. O construtivismo não rejeita a importância da materialidade na compreensão da realidade social, mas antes avança que materialidade, idéias e discursos possuem importância fundamental (Gheciu, 2005). Além disso, a abordagem construtivista busca compreender interrelação entre agentes e estrutura, rejeitando tanto concepções “reducionistas” da realidade, cujo único enfoque são os agentes, quantos “estruturalismos” que retiram a agência das unidades e colocam a estrutura como definidores de suas características e ações (Wendt, 1987).

Especificamente, irei utilizar-me da concepção de Checkel e Gheciu sobre socialização de atores em estruturas de normas e padrões. Ao avaliar o impacto da entrada dos exércitos nacionais dos países do Leste Europeu na Organização do Tratado do Atlântico Norte

(OTAN), Gheciu (2005) afirma ser insuficiente a abordagem instrumental/racionalista de socialização destes países, segundo a qual a entrada na OTAN e aceitação das normas de profissionalismo ocidentais seriam apenas instrumentos para a busca de interesses pré-definidos, sobretudo da segurança. Para a autora, a socialização em questão se deu em nível constitutivo, ou seja, alterou identidade e interesses dos atores envolvidos, o que pode ser avaliado por meio na nova auto-percepção e da interação entre estes países e os demais, após a entrada na OTAN. (Gheciu, 2005, p.977-979).

Bibliografia

- GHECIU, Alexandra. "Security Institutions as agents of socialization? NATO and the New Europe". In.: *International Organization*, Vol.59, pp. 973-1012, 2005
- MILLIKEN, Jennifer. "The study of discourse in International Relations: A critique of research and methods". In.: *European Journal of International Relations*. Vol. 5, nº 2, pp. 225-254, 1999.
- PION-BERLIN, David; ARCENEUX, Craig. Decision-Makers or Decision-Takers ? Military Missions and Civilian Control in Democratic South America. In.: *Armed Forces and Society*. Vo. 26, nº3, pp. 413-436, 2000.
- WENDT, Alexander. "The Agent-Structure Problem in International Relations Theory". In: *International Organization*, Vol. 41, nº 3, pp. 335-370, 1987.